

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

VOZES AUSENTES: A EDUCAÇÃO INFANTIL E A PROPOSTA CURRICULAR¹
VOICES ABSENT: EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND CURRICULAR PROPOSAL

Chana Francini Beltramin Denti²

¹ artigo apresentado no curso de pós graduação Educação nas Ciências na disciplina de currículo.

² Aluna do curso de Pós Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUI

Resumo

Este artigo busca discutir o currículo na educação infantil como ferramenta potencial no combate a exclusão e a discriminação educacional e social, através da explicitação das chamadas vozes ausentes, aquelas que foram historicamente silenciadas. Dessa forma, partiremos das perspectivas acerca do conceito de currículo, especialmente na obra de [Tomaz Tadeu da Silva](#). Para atingir tal objetivo desenvolvemos pesquisa bibliográfica a fim de fundamentar as reflexões aqui propostas. As ponderações aqui elencadas permitem compreender melhor o papel da escola e do próprio currículo enquanto mecanismo social que possui capacidade estratégica de gerar transformações nas futuras gerações.

Palavras-chave: Currículo; Vozes Ausentes; Educação Infantil; Formação Docente.

1. Introdução

A dedicação acadêmica em relação ao currículo é notoriamente conhecida e se torna ainda mais relevante no contexto da Educação Infantil, afinal os anos iniciais são determinantes para todo o processo formativo do aluno, bem como para a construção do cidadão que este virá a ser.

Primeiramente, entendemos que o trabalho pedagógico com crianças deve ser consciente, intencional e de qualidade. Para que isso corra é necessário “enxergar” a criança como um ser histórico, social e cultural, que deve ter suas particularidades respeitadas. Conforme Kramer:

Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância. (KRAMER, 2007, p.15).

E complementa:

Deve-se partir do princípio de que as crianças (nativas ou imigrantes, ricas ou pobres, brancas ou negras) tinham (e têm) modos de vida e de inserção social completamente diferentes umas das outras, o que correspondia (e corresponde) a diferentes graus de valorização da infância pelo adulto, a partir de suas condições econômicas, sociais e culturais, e do papel efetivo que exerciam (e exercem) na sua comunidade. (KRAMER, 1992, p. 16).

Kramer (1992; 2007) amplia essa reflexão, no sentido de ressaltar que não existe “a criança”, como um sujeito único e homogêneo, mas sim diversas construções de infância que variam conforme contextos históricos, sociais, familiares, culturais e psicológicos. Essa perspectiva é central para este artigo e nos instiga a estudar de maneira mais aprofundada o currículo a fim de elaborar proposições que possam contribuir para a construção de uma proposta curricular mais abrangente e inclusiva.

2. Contexto Teórico

De acordo com as leituras feitas das obras de [Tomaz Tadeu da Silva](#) entendemos que o currículo é tudo aquilo que é passível de ser aprendido e ensinado no cotidiano escolar, ou seja, Silva (2011) defende que é preciso ir além dos conteúdos fechados em estruturas e em disciplinas rígidas (português, matemática, etc). Nesse sentido, o fazer docente é um ato de criação e recriação, no qual a proposta curricular deve ser adaptada as singularidades culturais, regionais e sociais.

Nessa perspectiva nos aproximamos da ideia de que: [...] O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, currículum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2011, p. 150).

Silva (2011) elenca três grandes teorias do currículo, são elas: a teoria tradicional, a teoria crítica e a teoria pós-crítica. A teoria tradicional surge nos Estados Unidos em 1918 com o lançamento do livro “The Curriculum” de John Franklin Bobbitt. Essa teoria buscava moldar os objetivos e as formas da educação de massa conforme os grupos economicamente hegemônicos almejavam. “[...] Bobbitt propunha que a escola funcionasse da mesma forma que qualquer outra empresa comercial ou industrial. [...] queria que o sistema educacional fosse capaz de especificar precisamente que resultados pretendia obter [...]” (SILVA, 2011, p. 23). Dessa forma, o foco do currículo clássico era uma homogeneização da cultura (cultura branca estado-unidense), que não levava em consideração as experiências particulares das crianças. O modelo proposto centrava na

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

produtividade, organização e desenvolvimento, funcionando como uma fábrica, além disso, defendia uma pretensa neutralidade na abordagem dos assuntos.

Sobre a teoria crítica, Silva (2011) explica que esta surge no contexto dos anos 60, em meio a efervescência de grandes mudanças culturais: revolução sexual, luta pelos direitos civis, movimentações políticas intensas, luta pelos direitos das mulheres, etc. Fundada sob uma ótica marxista a teoria crítica do currículo começa a problematizar a educação tradicional e tem como grandes expoentes Michael Young, Paulo Freire, Louis Althusser, Pierre Bourdieu, entre outros. Um dos grandes pontos combatidos por tais teóricos é o entendimento de que o conhecimento é algo a ser transferido do professor para o aluno, como se fosse uma “transferência bancária”.

Na visão bancária da educação, o educador exerce um papel de transferência de saberes do professor para o aluno, como se o educando não soubesse nada e nesse processo está limitado enquanto o educador exerce sempre um papel ativo, enquanto o educando está limitado a um ato depósito de conhecimento. “[...] Na concepção de Freire, é através dessa intercomunicação que os homens mutuamente se educam, intermediados pelo mundo cognoscível. [...]” (SILVA, 2011, p. 59)

Outro ponto de transformação iniciado nesse período é a discussão acerca de como as classes dominantes utilizam o currículo como mecanismo de controle social. Assim, o sistema educacional se manifesta como agente de manutenção da ideologia vigente (capitalismo) através do currículo, sufocando outras possibilidades. Ou seja,

[...] É através da reprodução da cultura dominante que a reprodução mais ampla da sociedade fica garantida. A cultura que tem prestígio e valor social é justamente a cultura das classes dominantes: seus valores, seus gostos, seus costumes, seus hábitos, seus modos de se comportar, de agir. Na medida em que essa cultura tem valor em termos sociais; na medida em que ela vale alguma coisa; na medida em que ela faz com que a pessoa que a possui obtenha vantagens materiais e simbólicas, ela se constitui como capital cultural. [...] (SILVA, 2011, p. 34).

Além do explicitado até aqui Silva (2011) afirma que a teoria crítica do currículo evidenciou a existência de conhecimentos que são ensinados na escola (o chamado currículo oculto), porém não de forma explícita, e sim nas entrelinhas dos costumes, tradições e vivências. Isso é chamado de currículo oculto que [...] é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito. [...]” (SILVA, 2011, p. 78). Então, no currículo oculto circulam comportamentos, códigos implícitos, regras, valores, orientações que vão “moldando” os estudantes para a vida em sociedade de acordo com a ideologia dominante.

Por último, Silva (2011) aborda a teoria pós-crítica que versa sobre a configuração das identidades. Nessa perspectiva, a identidade é individual^[1] e é constituída na vivência, ou seja, se forma a partir da cultura (local e familiar), aspectos econômicos, sociais e questões identitárias (gênero, orientação sexual, etnia, etc). Na teoria pós-crítica cabe a escola planejar um currículo capaz de abranger essas múltiplas identidades, superando a noção de verdades absolutas e buscando dar voz aos grupos excluídos pelo sistema dominante.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

Ainda que estejamos vivendo na “época” do currículo pós-crítico o que encontramos na prática difere muito disso, pois o sistema escolar vigente faz com que algumas “vozes” se mantenham ausentes da prática pedagógica diária. Silva (2011) salienta a presença massiva e praticamente abusiva de culturas hegemônicas nos currículos escolares, que se sobrepõem a outras possibilidades, reprimindo, estereotipando, marginalizando e silenciando as vozes e culturas dos agrupamentos minoritários, como: mulheres, comunidade LGBT, pobres, negros, pessoas com deficiência, indígenas, etc.

Isso deriva do próprio processo de construção das bases curriculares, é um paradigma a ser rompido, como afirma Rodrigues (2003, p. 91):

A escola foi criada numa lógica que, recusando formalmente uma valorização dos contextos socioculturais dos alunos e adotando valores estritamente meritocráticos, acabava por acolher e valorizar diferentemente os alunos que, conforme os seus códigos culturais, se identificavam mais com os que eram veiculados pela escola”. Nesse sentido, a escola buscava a “homogeneização” da cultura por meio da valorização de conteúdos escolares apresentados como conhecimentos verdadeiros e únicos a serem apreendidos pela sociedade.

Nessa lógica, Santomé (1998) argumenta que esse processo histórico gerou uma profunda defasagem, na qual existem muitas vozes ausentes e silenciadas na maioria dos currículos aplicados. Assim, essa não valorização, essa exclusão da cultura popular e dos saberes locais nas grades curriculares é uma ferramenta de exclusão. Além disso, Santomé afirma que esses currículos são absolutamente parciais ao definir quais culturas são legítimas e quais temáticas “valem a pena” ser abordadas.

Essas defasagens contribuem para a exclusão e denotam a necessidade de repensar o currículo, como um dos pontos mais importantes a ser reformulado na educação, a fim de contemplar a diversidade, promovendo uma educação inclusiva. Afinal, “[...] o currículo não é um corpo neutro, inocente e desinteressado de conhecimentos” (SILVA, 2011, p. 46) e deveria ser capaz de garantir o “[...] equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo” (SACRISTÁN, 2000, p. 17) de forma igualitária.

3. Percurso Metodológico

No presente artigo optamos por acionar uma metodologia de pesquisa bibliográfica, através de uma breve revisão bibliográfica acerca do tema proposto. A revisão bibliográfica consiste em determinar o “estado da arte” e, neste caso, realizamos uma revisão bibliográfica teórica nos termos de Silva e Menezes (2001). Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

Nossa revisão bibliográfica delimitou-se às publicações em português - ainda que algumas sejam

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

traduções - que tratassem das temáticas: currículo, educação infantil e vozes ausentes no currículo. Para tal realizamos buscas nas bases de dados do Google Acadêmico e do Scielo.

Referências Bibliográficas

CERVO, Amado Luiz., BERVIAN, Pedro Alcino., SILVA, Roberto da., **Metodologia Científica**. Disponível em: <<http://fumec.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050476>>. Acesso em: 02 de julho de 2018.

KRAMER, Sônia. *A infância e sua singularidade*. In: **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Rangel, Aricélia Ribeiro do Nascimento - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1992.

RODRIGUES, David. *Educação inclusiva: as boas notícias e as más notícias*. In: RODRIGUES, David (org.). **Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade**. Porto: Editora Porto, 2003.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa - 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Trad. Cláudia Schiling. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, Edna Lúcia da., MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. - 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

[1] Nesse ponto se diferencia da teoria crítica, na qual a noção de identidade passa pelo conceito

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

de classe.